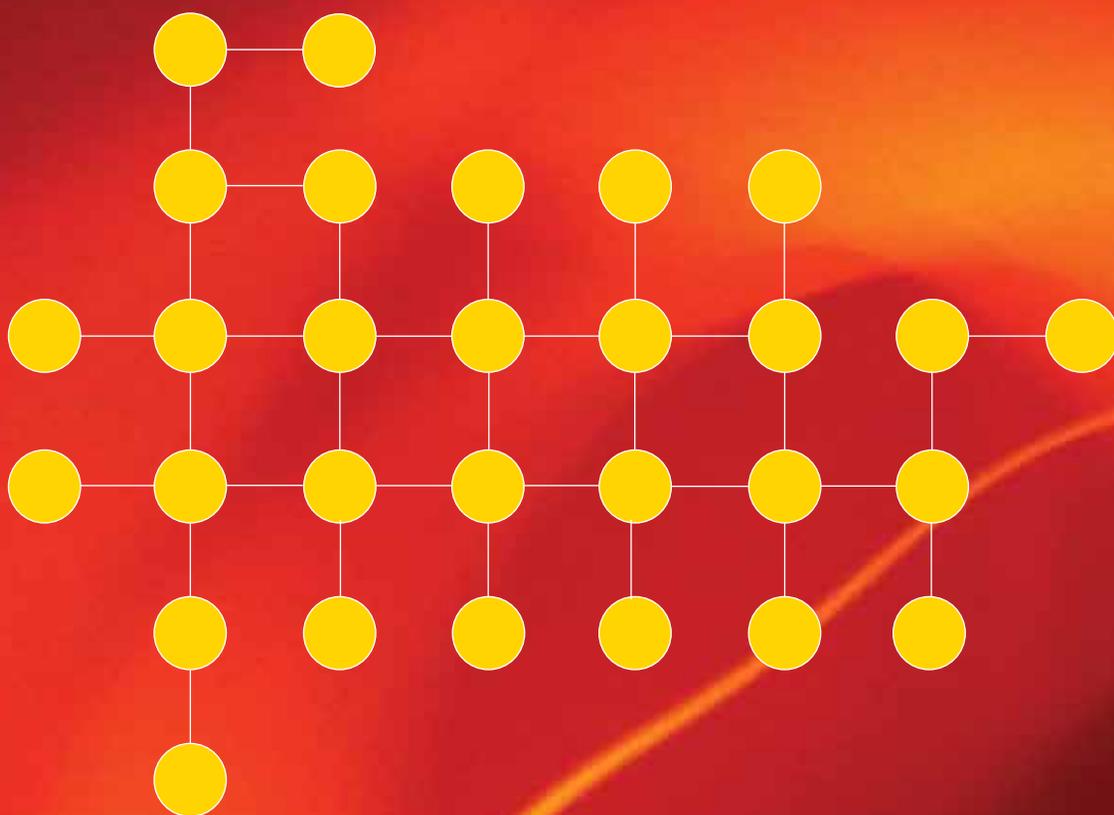


MARCELO KUNRATH SILVA
é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RUI ZANATA JR.
é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



“DIZ-ME

COM QUEM ANDAS,

QUE TE DIREI QUEM ÉS”:

UMA – BREVE –

INTRODUÇÃO À ANÁLISE

DE REDES SOCIAIS

Marcelo Kunrath Silva

Rui Zanata Jr.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma apresentação introdutória da metodologia de análise de redes sociais (ARS). Nesse sentido, o artigo aborda as características básicas dessa metodologia e seus fundamentos teórico-epistemológicos, salienta alguns dos empregos mais destacados da ARS nas ciências sociais brasileiras e, por fim, apresenta um exemplo de uso da ARS na investigação da relação entre homofilia e desigualdade no associativismo, tendo por base uma pesquisa empírica realizada pelos autores.

Palavras-chave: análise de redes sociais, sociologia relacional, homofilia.

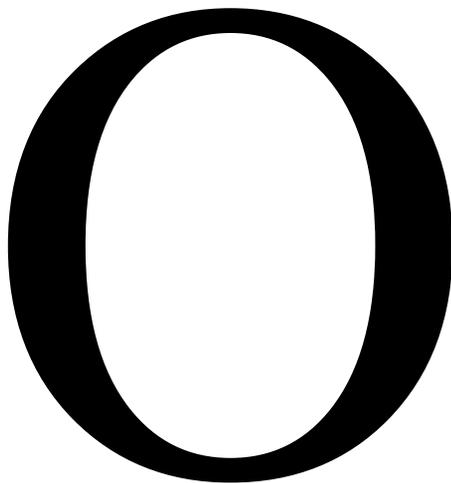
ABSTRACT

This article aims at making an introductory presentation on the methodology of Social Network Analysis (SNA). Thus, it deals with the main features of said methodology and its theoretical and epistemological foundations; and it also highlights where SNA is most prominently applied in Brazilian social sciences. Finally, it puts forward an example of how SNA is employed when investigating the relation between homophily and inequality in associations, based on an empirical research conducted by the authors.

Keywords: *analysis of social networks, relational sociology, homophily.*

INTRODUÇÃO

*“Longe de ser o ser a ilustrar a relação, é a relação que ilumina o ser”
(Gaston Bachelard, O Novo Espírito Científico).*



objetivo deste artigo é apresentar, de forma concisa, alguns fundamentos, características e exemplos de uma metodologia que tem sido objeto de crescente utilização nas ciências sociais brasileiras: a análise de redes sociais (ARS). No entanto, na medida em que o termo “rede” encontra-se amplamente disseminado em nosso vocabulário cotidiano, é necessário, primeiramente, definir qual o significado desse termo na ARS e como ele se diferencia de alguns de seus usos mais corriqueiros.

Para a ARS, uma rede social “é um conjunto de atores ligados por uma relação [...] uma rede caracteriza, assim, o sistema formado pelos vínculos *diretos* e *indiretos* [...] entre os atores” (Steiner, 2006, p. 77). Nesse sentido, qualquer conjunto de atores (indivíduos, organizações, empresas, nações, etc.) que apresentem relações entre si pode ser conceituado como constituindo uma rede social e, assim, analisado a partir da metodologia de ARS.

Essa definição se diferencia, de um lado, do crescente uso do termo “rede” nas ciências sociais para identificar um tipo particular de configuração social, que teria emergido nas décadas de 1980 e 1990 em função de profundas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais. Tal uso se expressa claramente no título de uma obra já clássica – *A Sociedade em Rede*, de Manuel Castells (1999) –, que emprega o termo “rede” para distinguir a nova forma de estruturação da sociedade a partir das marcantes e rápidas mudanças nas tecnologias de informação e comunicação no âmbito do capitalismo informacional, que emerge no final do século XX. Para a ARS, ao contrário, as redes não são uma característica de um contexto histórico-social específico, mas conformam a estrutura de todas as sociedades (apresentando, obviamente, características distintas em cada contexto).

De outro lado, a definição de “redes sociais” da ARS se diferencia do uso cotidiano, que as identifica com as redes constituídas pelos indivíduos a partir da mediação de novas tecnologias de informação e comunicação (Internet, telefone celular, MSN, Orkut, Facebook, Twitter etc.). Para a ARS, tanto essas quanto as relações constituídas a partir de interações face a face e/ou pela mediação de distintos atores ou meios podem ser denominadas de redes sociais e analisadas como tais.

Por fim, é preciso ainda fazer uma diferenciação em relação ao modelo de organização em rede, como uma proposta normativa que se contrapõe a estruturas organizativas hierárquicas, rígidas e institucionalizadas. Para a ARS, ao contrário, qualquer organização, independentemente de sua configuração (hierárquica ou simétrica, rígida ou flexível, institucionalizada ou informal), constitui um conjunto de atores interdependentes que pode ser analisado como uma rede social. Nesse sentido, os estudos que empregam a ARS enfocam estruturas organizativas muito distintas, tais como empresas, Estados-nação, movimentos sociais, redes familiares e de amizade.

Feito este esclarecimento inicial sobre o significado de “redes” na ARS e, mais especificamente, no âmbito deste artigo, passa-se à apresentação de sua estrutura: na próxima seção são apresentadas as características básicas da ARS; na seção seguinte abordam-se os fundamentos teórico-epistemológicos da ARS, que a distinguem e, até mesmo, a contrapõem a outras

abordagens metodológicas das ciências sociais; na terceira seção são apresentados alguns dos empregos mais destacados da ARS nas ciências sociais brasileiras; em seguida, é apresentado um exemplo de uso da ARS na investigação da relação entre homofilia¹ e desigualdade no associativismo, tendo por base uma pesquisa empírica realizada pelos autores; e, finalmente, o artigo encerra-se com algumas considerações finais.

CARACTERIZANDO A ANÁLISE DE REDE SOCIAL

A ARS se constitui em um instrumento metodológico orientado para a busca, sistematização e análise de informações sobre as relações entre os atores sociais que constituem a rede social específica que é objeto de investigação do pesquisador. Nesse sentido, a característica marcante da ARS é a busca de *informações relacionais* dos atores que constituem os *nós* da rede em análise. Essas informações são coletadas a partir de procedimentos tradicionais da pesquisa sociológica (questionários, entrevistas em profundidade, observações, análise documental) que podem ser utilizados separadamente ou em combinação.

Dois tipos de informações são centrais na ARS. Em primeiro lugar, como seria esperado, são coletadas informações sobre a *forma* como estão estruturadas as relações entre os atores da rede. A pergunta básica aqui é: quem se relaciona com quem?²

A partir dos dados obtidos em resposta a essa pergunta torna-se possível identificar a configuração formal da rede: o seu tamanho; as proximidades e distâncias; os atores centrais e periféricos; a densidade da rede; os subgrupos e cliques existentes; entre outras características.

À medida que as informações sobre as relações entre os atores são acompanhadas da coleta de informações sobre atributos desses mesmos atores, esse procedimento também possibilita identificar a existência de eventuais correlações entre a forma como as relações se estruturam e certos atributos dos atores.

Através desse procedimento torna-se possível identificar a presença ou não de padrões homofílicos, assim como as desigualdades e diferenças no interior das redes.

Um segundo tipo de informação se refere ao *conteúdo* das relações entre os atores de determinada rede. Buscam-se, aqui, informações que permitam caracterizar as relações em termos da sua localização nas esferas de vida dos atores (profissionais, escolares, familiares, etc.), do seu sentido (econômico, afetivo, político, etc.), da sua intensidade (forte ou fraca), da sua duração (permanente ou temporária), da sua formalização (institucionalizada ou informal), da sua direção (unidirecional ou mútua), entre outros aspectos.

Assim, a ARS, como sintetiza Boissevain (1979, p. 392), “pergunta sobre quem está ligado a quem, o conteúdo destas ligações, o padrão que elas formam, a relação entre o padrão e outros fatores sociais”. Essas informações relacionais podem ser sistematizadas e analisadas tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. O tratamento qualitativo tende a predominar em estudos antropológicos e/ou voltados à análise de pequenos grupos (Lomnitz, 1980; Whyte, 2005), possibilitando uma apreensão da complexidade e dinâmica das relações a partir da riqueza de informações gerada pela descrição densa das mesmas.

O tratamento quantitativo (ou análise formal), por sua vez, tende a predominar nos estudos sociológicos e/ou direcionados ao estudo de redes mais amplas e complexas. A partir de uma formalização das relações através de sua transformação em valores numéricos, a análise quantitativa possibilita a geração de matrizes e sociogramas e o tratamento estatístico³ das informações através de *softwares* produzidos especificamente para a ARS. Dessa forma, torna-se possível o processamento e análise sistemática de grandes volumes de informações relacionais⁴.

As informações relacionais podem ser coletadas tanto para o conjunto de atores que integram a rede social em estudo (rede total), quanto para um recorte de atores/relações específicas no interior de uma rede mais ampla (rede parcial). A definição de qual a abrangên-

1 "Homofilia significa a ocorrência de relações entre atores que possuem atributos similares, e sua tendência nas redes sociais pode ser sintetizada na expressão "os iguais se atraem".

2 Existem vários procedimentos, denominados de "geradores de nomes", para a identificação da estrutura de relações nas redes sociais. Uma discussão sobre alguns desses procedimentos pode ser encontrada em Vehovar et al. (2008). Burt (2009) apresenta os procedimentos e instrumentos utilizados para a construção das redes que analisa.

3 Para uma apresentação das diversas possibilidades de tratamento estatístico das informações relacionais, ver Wasserman & Faust (1994).

4 A análise formal de redes apresenta um claro predomínio nas revistas e eventos dedicados ao tema da ARS, como pode ser claramente observado nos materiais e informações disponíveis no portal da International Network for Social Network Analysis (<http://www.insna.org>). Em muitos

ca da “bola de neve”, segundo a qual os próprios integrantes da rede vão indicando outros atores que dela participam e, assim, progressivamente o pesquisador vai delimitando o universo da rede social a ser analisada.

Por fim, pode-se ainda destacar a possibilidade de dois enfoques na análise das redes sociais: de um lado, as redes tomadas como “variável independente”; de outro, as redes tomadas como “variável dependente”. Em outras palavras, por um lado, as redes podem ser compreendidas como fatores que, na sua configuração e dinâmica, possibilitam explicar certos comportamentos, resultados, processos, condições ou fenômenos que o pesquisador está analisando. Por outro lado, as redes (ou características das mesmas) podem se colocar como o objeto a ser explicado. Como salientam Borgatti & Lopez-Kidwell (2010, p. 2),

“[...] tanto a teoria da *formação do vínculo* quanto a teoria dos benefícios do *capital social* podem ser consideradas teorias de rede. No caso da formação dos vínculos, as propriedades da rede funcionam como a

variável dependente e a teoria se preocupa com os antecedentes do fenômeno da rede. No caso do capital social, a rede construída é a variável independente, e a teoria considera as consequências do fenômeno da rede. Nós distinguimos entre esses dois tipos de teoria referindo à primeira (sobre os antecedentes) como *theory of networks* e à segunda (sobre as consequências) como *network theory*”.

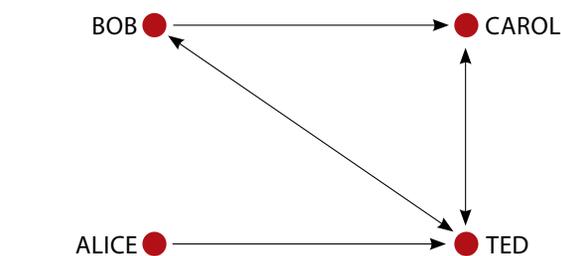
Os pesquisadores que utilizam a ARS, em geral, têm focalizado mais as consequências das redes do que a sua conformação, deixando dessa forma de identificar e analisar os processos e mecanismos que explicam por que as redes apresentam as características apreendidas na pesquisa empírica. Em outras palavras, seguindo a crítica de Azarian (2005, p. 132), muitos analistas das redes sociais eximem-se de explicar as condições de possibilidade da conectividade observada nas redes:

“[Eles] omitem toda questão sobre os processos, mecanismos e estruturas que, ainda que externos aos laços e redes, são decisivos

casos, tende-se a reduzir a ARS à análise formal. Uma crítica ao “metodologismo” estéril que caracteriza certas discussões sobre ARS encontra-se nas palavras de Boissevain (1979, p.393), para quem “antropólogos, sociólogos e cientistas políticos têm pesadamente tomado emprestado – muito pesadamente, em minha opinião – da teoria matemática dos grafos. Como resultado, eles estão correndo um verdadeiro risco de sufocação pelo jargão, teorias e técnicas desenvolvidas para resolver problemas completamente diferentes em outra disciplina. [...] Muitos dos estudos apresentados por entusiásticos analistas de redes parecem meramente confirmar a visão sustentada popularmente de que sociologia é a disciplina que mostra o óbvio a um alto custo e em uma linguagem ininteligível”.

FIGURA 2

EXEMPLOS DE MATRIZ E SOCIOGRAMA APRESENTADOS POR HANNEMAN E RIDDLE



| | BOB | CAROL | TED | ALICE |
|-------|-----|-------|-----|-------|
| BOB | - | 1 | 1 | 0 |
| CAROL | 0 | - | 1 | 0 |
| TED | 1 | 1 | - | 1 |
| ALICE | 0 | 0 | 1 | - |

Fonte: Hanneman & Riddle, 2005, p. 43

não somente para os conteúdos dos laços mas para sua própria emergência. O que é destacado, em outras palavras, é o fato de que os laços não ocorrem no vácuo, que eles não conectam dois nós isolados e que os laços entre atores são antes formados dentro de amplos contextos socioculturais, que são relativamente invariantes e que estabelecem as condições fundamentais de conectividade”.

FUNDAMENTOS TEÓRICO- EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DE REDE SOCIAL: A SOCIOLOGIA RELACIONAL

Conforme apresentado na seção anterior, a ARS é uma metodologia voltada centralmente para coleta e análise de *informações relacionais*. A busca desse tipo de informações está baseada em certos pressupostos que, segundo Azarian (2005, p. 35), podem ser sintetizados da seguinte forma:

“1. os atores e suas ações são vistos como interdependentes, ao invés de unidades independentes e autônomas; 2. laços entre atores são canais para transferência de recursos de vários tipos; 3. estruturas sociais são conceitualizadas como padrões duráveis de relações entre atores; e finalmente, 4. a localização estrutural de um nó [ator] tem importantes implicações de percepção, atitudinais e comportamentais, e tem significativas implicações no sentido de oportunizar assim como constreger suas ações sociais”.

A ênfase na centralidade das relações e, assim, das interdependências entre os atores para a compreensão e explicação de suas interpretações e comportamentos é um pressuposto básico da perspectiva relacional subjacente à ARS⁵. Tal perspectiva contrapõe-se, de um lado, às abordagens individualistas, que definem o ator individual, tomado isoladamente, como sendo a unidade básica da

análise social. Para os adeptos da perspectiva relacional, ao contrário, o ator individual não pode ser analisado como uma entidade externa e anterior às relações sociais, mas sim como um produto de tais relações que, dessa forma, tem precedência em termos analíticos. Nesse sentido, como destaca Azarian (2005, p. 116), parte-se do pressuposto de que o

“[...] eu ou a personalidade é um produto social ou uma entidade emergente, que não existe fora ou antes da interação social. [...] [a] identidade individual [...] deriva primeiramente das inserções do indivíduo em múltiplas redes. Sendo em si mesmo um fenômeno de segunda ordem que emerge de processos de interação social, todavia, o indivíduo como pessoa carece da primazia ontológica que lhe é constantemente atribuída. Ele, portanto, não pode ser a unidade básica final da análise social e é ele mesmo algo que necessita ser explicado”.

De outro lado, a perspectiva relacional subjacente à ARS contrapõe-se à explicação dos processos e fenômenos sociais a partir de determinados atributos ou características individuais, subjacente a grande parte das análises de correlação baseadas em dados quantitativos obtidos através de *surveys*. Como sintetiza Lozares (1996, p. 110):

“A ideia central das análises de redes reside no pressuposto de que aquilo que as pessoas sentem, pensam e fazem tem sua origem e se manifesta nas pautas de relações situacionais que se dão entre atores, opondo-se assim à ideia de que os atributos dos atores individuais sejam a causa das pautas de comportamento e das estruturas sociais. A raça, a idade, o sexo, a categoria social importam menos que as formas das relações mantidas ou passíveis de ser mantidas, que são as que realmente posicionam as unidades na estrutura social: o que constrói as posições sociais são as relações mútuas entre atores, os diferentes vínculos que os mantêm nas redes sociais. Por conseguinte, a explicação do comportamento requer uma análise de como os

5 Essa perspectiva relacional perpassa os modelos de análise de autores como Georg Simmel, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Charles Tilly. Para uma defesa da perspectiva relacional na sociologia, ver Emirbayer (1997).

atores estão conectados uns aos outros nas diversas situações em que são observados”.

Assim, ao contrário de certas interpretações de senso comum que associam o termo “redes” a ideias de independência e autonomia, a perspectiva relacional subjacente à ARS se define como uma abordagem estrutural⁶. No entanto, essa abordagem se diferencia de outras abordagens estruturalistas na medida em que concebe a estrutura não como algo que precede e se impõe externamente aos atores, mas sim como uma resultante das relações estruturadas que os atores (re)produzem cotidianamente. É a partir da identificação das similaridades e/ou diferenças nas posições ocupadas pelos atores nessa estrutura relacional que se pode, então, explicar similaridades e/ou diferenças nos comportamentos desses atores. Esse argumento se expressa claramente no conceito de “equivalência estrutural” elaborado por Harrison White. Segundo Azarian (2005, p. 99), “na versão de análise estrutural de White, as similaridades de comportamento dos atores são inferidas da similaridade de posição estrutural, que, por seu turno, é derivada da ou definida em termos da similaridade dos laços dos atores em múltiplas redes”.

A ARS, na medida em que se constitui em um instrumento metodológico privilegiado para a identificação e análise da estrutura relacional formada pelos atores através dos vínculos que conformam entre si, apresenta-se como um recurso central para a operacionalização da abordagem relacional na pesquisa empírica. É nesse sentido que Emirbayer (1997, p. 8) conclui que “a perspectiva mais bem desenvolvida e mais amplamente utilizada para a análise da estrutura social é claramente aquela da análise de redes sociais”.

APLICAÇÕES DA ANÁLISE DE REDE SOCIAL

A análise de redes constitui uma metodologia que é utilizada em áreas disciplinares tão diversas como as ciências sociais, a matemática, a física, as engenharias, a psicologia

e a epidemiologia, entre outras, levando a que alguns pesquisadores afirmem inclusive a emergência de uma “nova ciência das redes” (Watts, 2003). O foco desta seção, no entanto, restringe-se a mapear alguns dos usos mais destacados da análise de redes nas ciências sociais brasileiras, a partir dos temas de pesquisa dos autores deste artigo⁷. Tal mapeamento visa apenas ilustrar as potencialidades da ARS e, obviamente, não tem a pretensão de um tratamento aprofundado das especificidades do emprego da análise de redes em cada área temática.

O uso pioneiro da análise formal de redes no Brasil – que, em grande medida, foi responsável pela difusão dessa abordagem no país – encontra-se nos trabalhos de Eduardo Marques (1999; 2000; 2003; 2006), que têm como objeto de investigação as relações entre atores estatais e não estatais na elaboração/ implementação de políticas públicas. Esses trabalhos se destacam por estabelecer um diálogo com uma ampla literatura internacional voltada à pesquisa e à elaboração teórica sobre as denominadas *policy networks* e/ou *policy communities* (Blanco, Lowndes & Pratchett, 2009; Kriesi, Adam & Jochum, 2006; Marsch & Smith, 2001; Rhodes & Marsch, 1992; Wardeen, 1992).

Essa literatura fornece instrumentos teóricos e metodológicos importantes para dois movimentos no sentido da complexificação das análises de políticas públicas. De um lado, ela possibilita a problematização e ruptura com uma apreensão substancialista e homogeneizante do Estado. Isso porque busca apreendê-lo como uma estrutura relacional internamente dividida em subsistemas que envolvem atores específicos e que apresentam configurações particulares (que, em certos casos, podem gerar ações divergentes e, mesmo, conflitivas entre os subsistemas).

De outro lado, a literatura de *policy networks* e/ou *policy communities* instrumentaliza os pesquisadores para a identificação e análise de padrões complexos e heterogêneos (e as mudanças destes) de relações entre atores estatais e não estatais na produção e implementação das políticas públicas. Des-

6 De fato, na literatura sociológica norte-americana, a ARS é denominada de análise estrutural, e uma de suas mais importantes revistas se intitula *Journal of Social Structure*.

7 Nesse sentido, não será feita referência a importantes campos de investigação – como a sociologia econômica e os estudos do desenvolvimento – nos quais a análise de redes tem tido uma presença significativa em anos recentes.

sa forma, é possível apreender vínculos e trânsitos que perpassam as fronteiras institucionais, gerando redes, comunidades e/ou coalizões que envolvem atores em posições estruturais diversas e que são ocultados por perspectivas que dividem a sociedade em campos, esferas ou sistemas estanques.

Uma segunda área de estudos que tem incorporado a ARS como recurso metodológico é aquela orientada para a pesquisa dos processos associativos e organizativos que conformam a sociedade civil. Um primeiro uso da ARS nessa área se expressa nos trabalhos realizados sobre o associativismo em São Paulo (Lavalle, Castello & Bichir, 2004, 2006), nos quais a análise de redes se coloca como um instrumento para apreender a configuração do tecido associativo, identificando como diferentes tipos de organizações se relacionam e as diferentes posições e papéis que ocupam na rede que constituem.

Um segundo uso da ARS nesse campo aborda o papel das redes sociais nos processos de construção do engajamento em organizações e movimentos sociais. Buscando fundar empiricamente o argumento amplamente aceito na literatura internacional sobre a centralidade das inserções relacionais dos atores para a produção de disposições e de oportunidades para o engajamento (Diani & McAdam, 2003; Passy & Giugni, 2000), estudos têm focado as trajetórias de engajamento individual e, através destas, analisado as relações entre posições estruturais e os sentidos, formas e intensidades do engajamento (Silva & Ruskowski, 2010).

Por fim, um terceiro campo de pesquisas das ciências sociais brasileiras que tem crescentemente utilizado a ARS é aquele que aborda os temas de desigualdade, pobreza e segregação. Partindo do pressuposto que marca a literatura sobre capital social, segundo o qual as desigualdades se expressam e se (re)produzem através da configuração das relações sociais (Burt, 2005; Lin, 2001), estudos recentes têm mostrado como a presença de padrões homofílicos nas redes sociais em uma sociedade altamente desigual como a brasileira opera como um mecanismo impor-

tante na reprodução da pobreza e, assim, da desigualdade (Marques, 2010).

É nessa mesma perspectiva, mas direcionando o foco empírico para o universo associativo, que se coloca a pesquisa da qual foram extraídos os argumentos utilizados na próxima seção para exemplificar uma das possibilidades de uso da ARS na pesquisa empírica.

EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE E HOMOFILIA NO ASSOCIATIVISMO URBANO

A análise desenvolvida nesta seção parte da hipótese de que a persistência histórica das elevadas desigualdades observadas na sociedade brasileira tende a se refletir nas mais diversas relações sociais. Apesar disso, ainda são poucas as investigações empíricas que exploram de maneira mais detida as implicações de tais desigualdades na conformação do associativismo e na estruturação dos padrões de atuação das organizações sociais. Buscando-se contrapor a esse limite, questiona-se: quais seriam os efeitos das acentuadas e persistentes desigualdades socioeconômicas sobre o associativismo urbano no Brasil? A resposta a essa pergunta é importante pois, conforme pondera Kerstenetzky (2003, p. 132), “quando as desigualdades socioeconômicas são ‘duráveis’ e elevadas, é bem plausível que se repliquem no interior da vida associativa, bem como entre grupos organizados e não organizados, enfraquecendo a habilidade da inclusão política da participação associativa”.

Essas significativas implicações das desigualdades socioeconômicas sobre a vida associativa no Brasil, apontadas por Kerstenetzky (2003), tenderiam a se expressar nas e a reproduzir as diferenças no acesso a recursos entre organizações de grupos sociais desigualmente posicionados na estrutura social, gerando desigualdades na capacidade de ação e de intervenção das mesmas. Isso por-

que, seguindo o argumento construído por Lin (2001), em função do princípio de homofilia, as relações tendem a se constituir entre atores em posições estruturais semelhantes, fazendo com que o intercâmbio de recursos ocorra entre “iguais”. Em uma sociedade altamente desigual, esse princípio leva a que aqueles que ocupam posições socialmente subalternas tendam a estabelecer relações e a compartilhar a precariedade de recursos com seus iguais, enquanto aqueles ocupando posições dominantes tendam a monopolizar as relações que possibilitam o acesso aos recursos que seus iguais controlam. Portanto, o argumento formulado por Lin estabelece uma forte associação entre interação, similaridade social e acesso a recursos. Em suas palavras,

“[...] nós podemos ainda estender o princípio de homofilia aos ocupantes de posições similares em múltiplas estruturas de recursos (por exemplo, autoridade, *status* ou classe), porque, pelas regras de congruência e de transferência de recursos, as interações podem envolver parceiros com diferentes tipos de recursos, desde que os valores de seus recursos sejam equivalentes” (Lin, 2001, pp. 39-40).

A maior parte dos trabalhos que enfocaram a relação entre associativismo e desigualdade tendeu a se concentrar na investigação dos efeitos da desigualdade sobre o processo de envolvimento associativo. Autores como Ferreira (1999), Reis (1996) e Santos (2006) enfatizaram que a extrema desigualdade produziria significativos obstáculos ao engajamento associativo das camadas da sociedade brasileira ocupantes das posições subalternas do espaço social. Quando o foco de investigação recaiu sobre os processos associativos no extremo oposto da pirâmide social, houve uma tendência em sublinhar a fragilidade de tais processos frente à força de ações não coletivas de encaminhamento de demandas e de acesso a recursos por parte desse segmento⁸. Haveria, assim, pouco estímulo ao desenvolvimento de processos organizativos coletivos entre os segmentos superiores da sociedade, pois a

extrema desigualdade conferiria a esse estrato social uma posição privilegiada no acesso aos tomadores de decisões governamentais e na distribuição dos recursos sociais⁹.

Contudo, o reconhecimento de tais obstáculos que a desigualdade coloca para o engajamento associativo não deve levar à conclusão de que eles são totalmente eficazes no bloqueio de tal engajamento ou que produziram uma sociedade completamente fragmentada e desorganizada. Ao contrário, apesar desses obstáculos, corretamente destacados pelos autores, houve uma significativa ampliação e complexificação do tecido associativo na sociedade brasileira, conforme apontam pesquisas recentes (Landim, 2005; Silva, 2007; IBGE, Ipea, Abong, Gifes, 2008).

Não obstante esse associativismo ter sido objeto de inúmeras pesquisas, a compreensão de como a desigualdade incide sobre os processos organizativos foi dificultada, em grande medida, pelas orientações teóricas predominantes. Em especial, a ênfase normativa no caráter igualitário e democratizante das organizações da sociedade civil – que marcou tanto as pesquisas sobre movimentos sociais nos anos 1980 quanto os estudos sobre sociedade civil e capital social em décadas mais recentes (Silva, 2006) – restringiu a capacidade de problematizar a relação dessas organizações com os processos de produção e reprodução das desigualdades no Brasil.

É nesse contexto social fortemente marcado por grandes disparidades sociais que a relação entre desigualdade e homofilia, ao ser conjugada com o acesso a recursos sociais, ganha ainda mais relevância para a compreensão, nesse caso, das dinâmicas e processos constitutivos do tecido associativo urbano. A fim de explorar tal problemática de pesquisa, foram realizadas investigações empíricas, num primeiro momento, com duas associações de moradores de Porto Alegre (uma localizada numa vila popular e outra situada num bairro de classe média). Essas pesquisas evidenciaram um associativismo de bairro com características altamente homofílicas em Porto Alegre

8 Uma exceção importante a essa tendência encontra-se nos trabalhos de Dreifuss (1981; 1989).

9 Tal argumento se expressa, por exemplo, na ênfase de Marques (1999; 2000; 2003) nas relações interpessoais como mecanismo central de acesso ao Estado no Brasil.

(Zanata Jr., 2009; Silva & Zanata Jr., 2010). Em linhas gerais, identificou-se uma expressiva tendência de que as associações de moradores da cidade se relacionem mais frequentemente com indivíduos, entidades, instituições e organizações ocupantes de posições similares no espaço social.

Em um trabalho mais recente, baseado na análise preliminar de dados de pesquisa de campo ainda em andamento, verificou-se a expressiva presença de relações sociais homofílicas na rede egocentrada¹⁰ de um dos membros mais atuantes em uma associação de moradores de um bairro que apresenta indicadores socioeconômicos entre os mais elevados de Porto Alegre (Silva & Zanata Jr., 2011). Assim, os *nós* identificados pelo entrevistado como sendo suas relações sociais mais significativas compartilham com ele atributos sociais similares (renda, escolaridade, local de moradia), indicando uma alta proximidade posicional na conformação da sua rede egocentrada. Essa configuração homofílica identificada na rede egocentrada já analisada aparece, igualmente, na rede de relações, que será estudada a seguir, de um dos integrantes mais participativos de outra associação de moradores de um bairro que apresenta, do mesmo modo, indicadores socioeconômicos bastante elevados.

Os achados de pesquisa acima descritos revelam a existência de um associativismo de bairro em Porto Alegre com características altamente homofílicas. E é essa conjugação entre desigualdade, dinâmicas relacionais homofílicas e acesso a recursos que possibilita problematizar aquelas abordagens teóricas que naturalizam o caráter igualitário e democratizante das organizações sociais da sociedade civil. Conforme pondera Bottero (2005), quaisquer que sejam as causas da homofilia, as suas consequências têm efeitos importantes no acesso a informações e a recursos e, por conseguinte, na reprodução dos padrões de desigualdade social. Para a autora, “a similaridade social nas redes tende a reforçar e a concentrar as desigualdades existentes nos níveis de recursos entre os grupos” (Bottero, 2005, p. 182). Seguindo o

argumento de Lin (2001), a autora enfatiza que, em geral, indivíduos bem posicionados socialmente tendem, mais facilmente, a se relacionar com indivíduos igualmente bem situados no espaço social.

A identificação empírica desse caráter homofílico da trama associativa urbana foi possível ao se empregar a metodologia de ARS, operacionalizada por meio de duas técnicas de produção de informações relacionais: o gerador de nomes¹¹ e o *name interpreters*¹². Essas duas técnicas de produção de dados reticulares possibilitam, *grosso modo*, identificar e analisar a estrutura de uma rede de relações centrada em um determinado ator social, bem como ter uma identificação aproximada da posição social dos *nós* que compõem a sua rede de relações. Isso porque o gerador de nomes e o *name interpreters* permitem responder às seguintes questões: 1) com quem os atores sociais pesquisados costumam se relacionar mais frequentemente?; 2) que posição social ocupam esses indivíduos que compõem a rede relacional dos agentes pesquisados? Desse modo, a ARS se constitui em uma metodologia bastante adequada para a apreensão e análise empírica da presença de relações homofílicas na conformação das tramas relacionais no associativismo.

Para exemplificar empiricamente o argumento de que a ARS consiste numa metodologia de pesquisa adequada à identificação da homofilia nas redes relacionais no associativismo urbano, será analisada a rede egocentrada de um indivíduo atuante na associação de moradores (identificada como AM) de um bairro que se situa em duas UDHs¹³ que possuíam, no ano 2000, IDH entre os mais elevados da cidade de Porto Alegre – 0,963 e 0,943 em uma escala na qual o valor 1 significa o máximo (Prefeitura/Secretaria de Coordenação Política e Governança Local et al., 2008).

Com base nas informações obtidas, a fundação da AM aconteceu em meados dos anos 2000. O movimento associativo do bairro começou em torno dos moradores de uma de suas ruas, que se mobilizaram pela preservação da arborização, que é a principal característica da referida via. A fim de

10 Redes egocentradas são redes parciais, construídas a partir da identificação das relações de um ator específico (*ego*).

11 Através dessa técnica é possível identificar os contatos primários (*alters*) de um determinado ator social (*ego*), bem como as relações entre os nós que compõem a sua rede relacional.

12 Essa técnica consiste, basicamente, em questões que visam produzir informações socioeconômicas sobre os contatos primários de *ego* (Marin & Hampton, 2006; Bidart & Charbonneau, 2007; Vehovar et al., 2008; Burt, 2009).

13 UDH: unidade de desenvolvimento humano; IDH: índice de desenvolvimento humano.

ampliar o movimento dos moradores, foi criada a associação de moradores do bairro, que passou, então, a atuar de forma mais ampla, não ficando mais restrita a um pequeno grupo de residentes de uma só rua. Atualmente, as principais questões trabalhadas pela entidade pesquisada são as seguintes: segurança pública, limpeza urbana, arborização de ruas, revitalização de praças, trânsito, comércio, cuidado com calçadas, mendigos e projetos culturais e artísticos.

O sociograma abaixo retrata a rede egocentrada de um dos indivíduos mais atuantes na AM.

O indivíduo pesquisado tomado aqui como exemplo apresenta as seguintes características: homem, 56 anos, graduado em educação física e com envolvimento mais ativo na associação desde 2009. Além disso, atua profissionalmente como professor de educação física em sua própria academia de ginástica e musculação, a qual se localiza no próprio bairro.

Em termos da caracterização dos 53 *alters* que compõem a rede egocentrada_001, observa-se que são 17 mulheres e 36 homens. A grande maioria dos *alters* – 35 indivíduos – possui ensino superior completo, segundo

os dados fornecidos pelo entrevistado¹⁴. No que tange à inserção profissional dos seus contatos, as informações são as que seguem: 16 profissionais liberais com profissões diversas (arquitetos, publicitários, jornalistas, advogados, historiador, engenheiro, assessor); 8 servidores públicos (funcionários públicos, professores e policiais); 9 indivíduos envolvidos com atividades políticas (vereadores, secretários, deputado, assessor, prefeito); e 11 indivíduos com profissões diversas (bancários, diretores de instituições, comerciantes, padre)¹⁵.

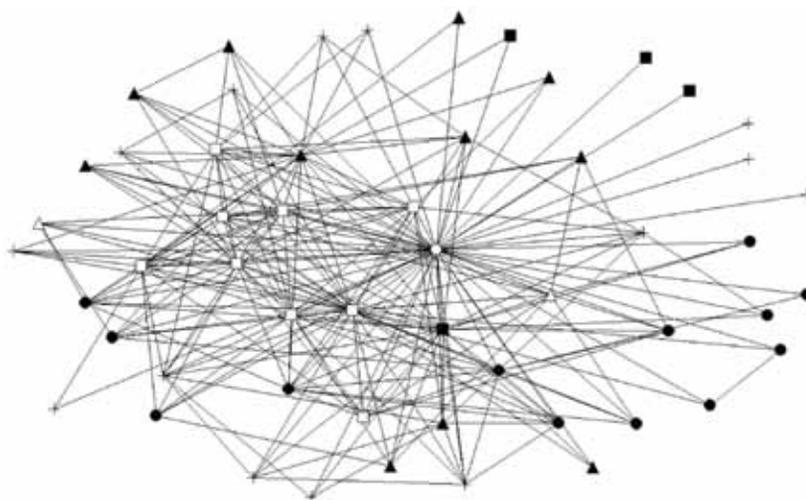
Já com relação ao bairro de residência dos seus *alters*, o entrevistado forneceu informações para 29 deles. A Tabela 1 informa o bairro, o número de residentes em cada bairro, o rendimento médio em salários mínimos dos responsáveis por domicílio e o número médio de anos de estudo dos responsáveis por domicílio. Observa-se, antes de qualquer coisa, que a grande maioria dos seus contatos reside em bairros com indicadores sociais e econômicos bastante elevados, entre os mais altos da cidade de Porto Alegre, e, em grande medida, semelhantes aos do bairro onde o indivíduo pesquisado mora.

14 Em outros dez casos, o entrevistado não tinha certeza de que os seus contatos tinham, realmente, o ensino superior. Em outros seis, ele não soube informar a escolaridade dos seus *alters*. E, em dois, informou a escolaridade como sendo de ensino médio.

15 Em três casos o entrevistado não forneceu a profissão; e, em seis casos, informou somente como aposentado.

SOCIOGRAMA

REDE EGOCENTRADA_001



Fonte: elaboração dos autores a partir do gerador de nomes

Com relação ao padrão e à dinâmica relacional da rede egocentrada_001, percebe-se a presença de seis grupos de contatos com diferentes perfis de conexão com *ego*. O primeiro deles diz respeito a indivíduos que integram a atual diretoria da AM e que participam das suas reuniões quinzenais (com exceção de um *nó* que não participa desses encontros). Essas conexões estão apontadas por quadrados brancos e estão fortemente conectadas entre si.

Um segundo grupo é constituído por dois indivíduos – marcados por triângulos brancos –, os quais têm significativa presença em diversos espaços associativos e participativos da cidade de Porto Alegre, tais como: a Região de Planejamento I, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), o Fórum de Entidades de Revisão do Plano Diretor, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba e o Comitê em Defesa da Orla do Guaíba.

Há um terceiro conjunto de *alters* (assinalados por quadrados pretos) que representa as conexões jornalísticas de *ego*. São pessoas ligadas a jornais que circulam na cidade de Porto Alegre, destacando-se o jornal *Zero*

Hora e o jornal *Floresta*. Este último traz em seu encarte um informe produzido pela AM sobre as suas ações e atividades mais importantes. Chama atenção a alta conectividade de um desses *nós* na rede egocentrada_001.

O quarto grupo de conexões de *ego* e que apresenta grande relevância em termos de possibilidade de acesso a recursos é aquele constituído por indivíduos situados em posição de autoridade, ocupando as mais diversas funções públicas. Esses *nós* estão marcados por círculos pretos. Entre tais contatos, há a presença do prefeito de Porto Alegre, de cinco vereadores e de um deputado estadual.

O quinto grupo de contatos do entrevistado diz respeito àquelas pessoas que são membros da AM, que residem ou não no bairro, uma vez que não há a restrição para ser membro da entidade. Esses *nós* estão apontados por triângulos pretos. Vale ressaltar a significativa presença de indivíduos que apenas trabalham no bairro ou nos seus arredores e que são procurados por *ego* para integrarem a AM.

Por fim, há um sexto grupo de relações de *ego* que é constituído por não sócios da entidade, os quais podem ou não residir no bairro. Esses *nós* estão assinalados por um sinal

TABELA 1

PERFIL SOCIOGEOGRÁFICO DA REDE EGONCENTRADA_001

| Bairro | Número de <i>alters</i> residentes | Rendimento médio em salários mínimos dos responsáveis por domicílio - bairro* | Número médio de anos de estudo dos responsáveis por domicílio - bairro* |
|------------------|------------------------------------|---|---|
| Independência | 19 | 20,7 | 13,04 |
| Bom Fim | 3 | 15,25 | 12,67 |
| Moinhos de Vento | 2 | 29,7 | 13,18 |
| Partenon | 2 | 8,1 | 8,90 |
| Auxiliadora | 1 | 19,9 | 12,75 |
| Ipanema | 1 | 15,3 | 9,81 |
| Rio Branco | 1 | 21,2 | 12,83 |

Fonte: elaboração dos autores a partir do gerador de nomes

*Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

de mais. São indivíduos, em geral, ligados a instituições situadas no bairro, tais como: o Banco do Brasil, o Colégio Rosário, o Museu de Medicina e a Igreja da Conceição.

Esses dados, apresentados de forma sucinta e sem um aprofundamento analítico, permitem, no entanto, identificar claramente o padrão homofílico da rede do indivíduo pesquisado e que tende a se reproduzir na associação na qual ele atua. Tal rede, de um lado, o conecta aos seus “iguais” e, de outro, na medida em que esses “iguais” são ocupantes de posições hierarquicamente superiores (profissionais liberais, religiosos, políticos, jornalistas, etc.), possibilita o acesso a recursos detidos por seus contatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme salientado na introdução, o objetivo deste artigo foi fazer uma breve apresentação da ARS e exemplificar al-

guns de seus usos, oferecendo aos leitores a oportunidade de um contato inicial com uma metodologia de pesquisa que apresenta um grande potencial para a qualificação da investigação empírica nas ciências sociais. Com pouco mais de uma década de aplicação por pesquisadores brasileiros, essa metodologia ainda se encontra em estágio inicial de utilização no país. Nesse sentido, observa-se uma carência de espaços de reflexão e debate sobre a ARS no Brasil (carência que, na verdade, tende a ser comum às questões metodológicas de forma geral) e, particularmente, de formação de pesquisadores capacitados para a sua utilização.

Espera-se, assim, que este artigo contribua no enfrentamento dessa carência, despertando novos pesquisadores para as potencialidades da ARS e estimulando o florescimento de uma discussão metodológica alimentada por desafios e inovações nascidos da multiplicação de experiências de utilização da ARS em pesquisas empíricas.

BIBLIOGRAFIA

- AZARIAN, G. Reza. *The General Sociology of Harrison C. White: Chaos and Order in Networks*. New York, Palgrave Macmillan, 2005.
- BIDART, Claire; CHARBONNEAU, Johanne. “The Contextual Name Generator: a Good Tool for the Study of Sociability and Socialization”, in *Communication Presented at the XXVII Sunbelt*, Corfou, 1-6 May, 2007.
- BLANCO, Ismael; LOWNDES, Vivien; PRATCHETT, Lawrence. *Re-organising Babylon: on the Meaning of Policy Networks and Network Governance and their Democratic Consequences*. Paper prepared for the conference Governance Networks: Democracy, Policy Innovation and Global Regulation, Roskilde University, December 2-4, 2009.
- BOISSEVAIN, Jeremy. “Network Analysis: A Reappraisal”, in *Current Anthropology*, vol. 20, nº 2, pp. 392-4, Jun./1979.
- BORGATTI, Stephen P.; LOPEZ-KIDWELL, Virginie. *Network Theory*. s/d, 2010. Disponível em: http://www.stats.ox.ac.uk/~snijders/BorgattiKidwell_2011_bktheory.pdf. Acessado em: 16/11/2011.
- BOTTERO, Wendy. *Stratification: Social Division and Inequality*. London, Routledge, 2005.
- BURT, Ronald S. *Brokerage and Closure: an Introduction to Social Capital*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

- BURT, Ronald S. "Appendix A. Measuring the Network", in Ronald S. Burt. *Neighbor Networks: Competitive Advantage Local and Personal*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede – Volume I: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 8ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds.). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- DREIFUSS, René. *A Conquistado Estado: Ação Política, Podere Golpede Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. *O Jogo da Direita na Nova República*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- EMIRBAYER, Mustafa. "Manifesto for a Relational Sociology", in *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, pp. 281-2, September, 1997.
- FERREIRA, Marcelo C. "Associativismo e Contato Político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988-1996 – Revisitando o Problema da Participação", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41, v. 14, São Paulo, out./1999, pp. 90-102.
- HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. *Introduction to Social Network Methods*. University of California, Riverside, 2005. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman>. Acessado em: 16/11/2011.
- IBGE; IPEA; ABONG; GIFE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- KERSTENETZKY, Célia L. "Sobre Associativismo, Desigualdades e Democracia", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 53, v. 18, São Paulo, 2003, pp. 131-42.
- KRIESI, Hanspeter; ADAM, Silke; JOCHUM, Margit. "Comparative Analysis of Policy Networks in Western Europe", in *Journal of European Public Policy*, 13:3, pp. 341-61, April/2006.
- LANDIM, Leilah. "Associações no Brasil: Comentários sobre Dados Oficiais Recentes", in *Democracia Viva*, n. 28, ago.-set./2005, pp. 76-85.
- LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. "Quando Novos Atores Saem de Cena – Continuidades e Mudanças na Centralidade dos Movimentos Sociais", in *Política e Sociedade*, nº 5, Florianópolis, outubro/2004, pp. 35-53.
- _____. *Os Bastidores da Sociedade Civil: Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas*. São Paulo, Cebrap, 2006.
- LIN, Nan. "Resources, Hierarchy, Networks and Homophily", in Lin Nan. *Social Capital: a Theory of Social Structure and Action*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- LOMNITZ, Larissa Adler de. *Cómo Sobreviven los Marginados*. Ciudad de México, Siglo Veintiuno, 1980.
- LOZARES, Carlos. "La Teoría de Redes Sociales", in *Papers*, 48, 1996, pp. 103-26.
- MARIN, Alexandra; HAMPTON, Keith N. "Simplifying the Personal Network Name Generator: Alternatives to Traditional Multiple and Single Name Generators", in *Field Methods*, v. 19, n. 2, 2007, pp. 163-93.
- MARQUES, Eduardo C. "Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41, v. 14, São Paulo, outubro 1999, pp. 45-67.
- _____. *Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Urbanas no Rio de Janeiro*. São Paulo, Fapesp, 2000.
- _____. *Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Annablume, 2003.
- _____. "Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: Aprendizados a Partir das Políticas Urbanas", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, São Paulo, fev./2006, pp. 15-41.

- MARQUES, Eduardo. *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo, Editora Unesp/ Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
- MARSCH, David; SMITH, Martin J. "There Is More than One Way to Do Political Science: on Different Ways to Study Policy Networks", in *Political Studies*, vol. 49, 2001, pp. 528-41.
- PASSY, Florence; GIUGNI, Marco. "Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: a Phenomenological Approach to Political Commitment", in *Sociological Forum*, vol. 15, nº 1, 2000, pp. 117-44.
- PREFEITURA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL et al. *Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2008.
- REIS, Elisa. "Pobreza, Desigualdade e Identidade Política", in Eli Diniz (org.). *O Desafio da Democracia na América Latina* (Anais do seminário). Rio de Janeiro, IUPERJ, 1996.
- RHODES, R. A. W.; MARSCH, David. "New Directions in the Study of Policy Networks", in *European Journal of Political Research*, 21, 1992, pp. 181-205.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.
- SILVA, Marcelo Kunrath. "Sociedade Civil e Construção Democrática: do Maniqueísmo Essencialista à Abordagem Relacional", in *Sociologias*, v. 8, Porto Alegre, 2006, pp. 156-79.
- _____. *Relatório final: Mapa do Associativismo em Porto Alegre*. Porto Alegre, janeiro de 2007. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatório/usu_doc/relatorio_final_mapa_associativismo.pdf. Acessado em: 23 de outubro de 2009.
- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. "Levante Juventude, Juventude É pra Lutar: Redes Interpessoais, Esferas de Vida e Identidade na Constituição do Engajamento Militante", in *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 3, 2010, pp. 23-48.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA JR., Rui. "Desigualdade e Associativismo: Proximidade Espacial e Distância Social na Conformação da Sociedade Civil", in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 2, nov./2010.
- _____. "Longe dos Olhos, Longe do Coração: Invisibilização e Homofilia nas Redes Associativas", in *XI Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais*, Anais Eletrônicos, Salvador, 2011.
- STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. São Paulo, Atlas, 2006.
- VEHOVAR, Vasja et al. "Measuring Ego-centered Social Networks on the Web: Questionnaire Design Issues", in *Social Networks*, v. 30, 2008, pp. 213-22.
- WAARDEN, Frans Van. "Dimensions and Types of Policy Networks", in *European Journal of Political Research*, 21, 1992, pp. 29-52.
- WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- WATTS, Duncan J. *Six Degrees: the Science of a Connected Age*. New York, W. W. Norton & Company, 2003.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- ZANATA JR., Rui. *Desigualdade e Associativismo: um Estudo Comparativo sobre Capital Social e Participação Política com Duas Associações de Moradores de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso de Sociologia. Porto Alegre, Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.